PROF. DR. NUNO RODRIGUES GRANDE

A UNIVERSIDADE EM ÁFRICA

(Conferência proferida na Assembleia de Guimarães em 10 de Dezembro de 1970).

EDIÇÃO
DA
ASSEMBLEIA DE GUIMARÃES
1971

.....

que 30 %, incluindo neste número a África do Sul, faziam exploração agrícola por métodos arcaicos. Claro que esta percentagem aumenta consideràvelmente se excluirmos aquele país, em que o desenvolvimento industrial não tem paralelo em todo o continente africano.

O crescimento demográfico é outro dos parâmetros de grande variabilidade de zona para zona, mas, em conjunto, é já hoje dos maiores do mundo, calculando-se que no fim do século habitem a África 768 milhões de pessoas, não obstante o alto grau de mortalidade que determina a curiosa característica de ser a média de idade, de 50 % da população, inferior a 18 anos.

Os problemas que se adivinham na linguagem dos números, mau grado as limitações do método estatístico, não dependem só, a meu ver, dos regimes políticos que governam os países africanos, mas de uma problemática de conjunto cuja interpretação pressupõe um conhecimento profundo das ambiências e dos homens que, do Mediterrâneo ao Cabo da Boa-Esperança, nascem, vivem e morrem em África.

Posta de lado, por cientìficamente inconsistente, a teoria reaccionária que atribui inferioridade à raça negra, vou procurar alinhar alguns factos sobre o comportamento bio-social do Homem-Africano.

Defini-lo é logo uma dificuldade, resultante da influência árabe no Norte e europeia no Sul. Não são comparáveis, em pormenor, os habitantes da Argélia, da República Centro-Africana e do Malawi, por exemplo. Mas, em todos há, todavia, características comuns.

A resistência à agressividade do meio, manifesta-se numa atitude de aparente passividade e lentidão de movimentos. Todos os que fizeram, algum dia, medicina em África, sabem como resistem, desta maneira, às doenças parasitárias que os destroem, chegando a realizar trabalho, tantas vezes útil, em condições que obrigariam um europeu a estar deitado. Esta adaptação biológica secular, impede o africano de responder, enquanto no seu meio e não recuperado, às exigências da técnica moderna feita em velocidade e por paroxismos. Mas, os esforços para combater as

endemias e contrariar esta situação, têm que ser gigantescos e neles interessar o mundo inteiro. Para dar ideia do valor desta afirmação, posso referir que recentemente li o que um técnico especializado nesta matéria e de reputação mundial, escreveu acerca do combate ao paludismo. Segundo ele, se por feliz, quanto utópica hipótese, esta doença fosse dominada no resto do mundo e se juntassem os esforços humanos, técnicos e económicos, demoraria, no estado actual das nossas possibilidades, cerca de 100 anos a erradicá-la de África.

A grande dificuldade de contacto entre os grupos populacionais, resultante das extensas florestas, dos grandes acidentes geográficos e de uma fauna constituída por animais ferozes de grande porte, determina o cruzamento dos africanos dentro de conjuntos muito limitados, o que dá como consequência, a manutenção de doenças hereditárias que os dominam e lhes encurtam a vida. As dificuldades de comunicação agravam ainda os efeitos das carências alimentares, pois há extensas zonas com falta de iodo e cloreto de sódio nas águas e alimentos sólidos, o que provoca alterações patológicas de grande importância social, com diminuição da capacidade física e intelectual atingindo, sistemàticamente e há séculos, os indivíduos que não conseguem sair deste *habitat*.

As zonas habitáveis são normalmente de pequena extensão e os grupos aprendem a tirar delas, por técnicas empíricas tradicionais, um rendimento que apenas dá para a manutenção do grupo. Daí que, por mero mecanismo automático de subsistência, se defendem de grupos estranhos lutando com ferocidade, o que já passou à lenda como comportamento tribal, atribuindo ao carácter do Homem-Africano aspectos de violência que lhe não são nem exclusivos nem peculiares. A História o demonstra em relação com outros povos e raças geogràficamente situados em paragens muito diferentes, agindo de igual maneira, apesar do grau de civilização técnica ser muito superior, quando as circunstâncias o condicionaram.

Penso que o problema sanitário é o de maior prioridade no continente africano, e de cuja solução dependerá a solução dos restantes. É por razões hígidas que fraquejam, ao entrar na ado-

lescência, um grande número de alunos do ensino secundário que até ao momento tão boa conta davam de si. Este facto diminui a rentabilidade do número, já altamente diminuto, dos que conseguem entrar nos estabelecimentos de ensino. A este propósito, o Prof. Lewis, da Universidade de Londres, afirma que em cinco áreas por ele estudadas — Congo Kinshasa, Congo Brazaville, Camarões, Nigéria Leste e Rodésia — enquanto que o ensino primário alberga cerca de 70 a 80 % das crianças, só 3 % atingem o ensino secundário. O ensino universitário tem aspectos mais graves e, segundo aquele autor, ainda só existe em 19 dos 55 estados em que a África se reparte actualmente. Estas Universidades ensinam uma população escolar de apenas 120 000 alunos, embora mais 12 000 tenham educação superior noutros continentes, principalmente na Europa, em países históricamente ligados à evolução africana, como a França, Portugal, Grã-Bretanha, República Federal Alemã e Bélgica e, hoje num pequeno número, também no continente americano e na Ásia.

A dificuldade de estruturação do ensino superior é, em África extraordinàriamente grande, pois não pode contar ainda com um corpo docente autóctone. Na conferência de Tananarive de 1962 conclui-se que, para a organização do ensino universitário entre o Sahrá e o rio Limpopo serão necessários, até 1971, cerca de 5 500 professores não-africanos, para as universidades existentes em 62, que entretanto aumentaram em número, agravando a carência. O recrutamento destes professores faz-se principalmente na Europa, mas torna-se progressivamente difícil pois, não só há cada vez maior necessidade de homens de formação universitária no continente europeu, como ainda o fenómeno socialmente conhecido como «brain drain» se tem feito, predominantemente, para a América do Norte.

Por outro lado, o uso de línguas variadas e diferentes dos dialectos africanos constitui um óbice de grande importância na organização do ensino em África, a qualquer nível. Assim, o baixo índice de rendimento do plano da UNESCO para a promoção técnica da exploração agrícola de alguns países africanos teve demonstradamente, como razão fundamental, a não adopção das línguas

locais. Em Agosto último, esta organização reuniu no Yaoundé, nos Camarões, para rever os resultados dos esforços de alfabetização realizados em todos os países subdesenvolvidos da América e da África. Entendeu-se ser urgente adaptar «o ensino à criança e não a criança ao ensino» como comentou Maurice Hog no *Express* a propósito da síntese das conclusões desta reunião. Durante ela, foram citados exemplos demonstrativos. Na Tunísia, Ammed Ben Salah determinou que, em 1968 o francês se ensinasse, como língua única, desde a primeira classe do ensino primário o que motivou, ao fim de dois anos, uma baixa espectacular do nível em francês e mesmo em árabe. Decidiu-se por isso, nesta reunião, que o francês passaria a ensinar-se apenas a partir do ensino secundário, mantendo-se todavia também o árabe no ensino das disciplinas técnicas como a física, por exemplo. No Gana, em que a língua oficial é o inglês, o ensino primário tem sido feito em dialectos locais, o que determinou a baixa de 90 para 40 % do índice de analfabetização, facto único no continente africano.

Não pode, evidentemente, fazer-se o ensino superior nos dialectos africanos, aliás muitos deles sem palavras para traduzir ideias consequentes do progresso técnico e outros sem mesmo nunca terem sido, alguma vez, escritos. Por isso, me parece que a orientação a dar neste sector será a de estabelecer, como oficial, a língua comum a todas as etnias, mas procurar estudar em profundidade os dialectos e traduzir para eles, sempre que possível, as obras fundamentais. A linguagem constitui o elo de ligação mais forte entre os homens. Recentemente e nesta linha de pensamento, apareceram programas nos diversos dialectos nas emissoras de Angola e houve a imediata noção, através das Secções de discos pedidos, de um crescente interesse pela rádio das populações situadas no interior da Província. Creio que este passo fundamental terá consequências incalculáveis num mais perfeito entendimento entre os homens de Angola.

Se é indispensável conhecer e respeitar a língua, não menos importante, e na mesma perspectiva, é o conhecimento das culturas tradicionais. Há hoje grande dificuldade em reunir os ele-

mentos que possam dar-nos a medida exacta do grau de cultura atingido pelos povos africanos, antes do impacto com a civilização dos povos colonizadores, pois ou se perderam em grande número as manifestações dessa cultura ou estão descaracterizadas pela assimilação de atitudes extrínsecas. No entanto, desde o princípio deste século, despertou um interesse pelo conhecimento da cultura negra — a negritude de Aimés Cesaires — evidente no mundo ocidental, principalmente nos Estados Unidos, em consequência do aparecimento do Pan-Africanismo de DuBois, como movimento estruturado. Hoje, há mesmo a adopção de aspectos da música, da dança, da escultura e da interpretação religiosas negras, por grupos euro-americanos.

É talvez através das religiões que melhor se pode ter uma ideia do nível cultural atingido, não só porque resistiram mais à acção do tempo, como ainda nos revelam a posição mental dos povos, através da prática dos ritos.

Infelizmente, o que se conhece das atitudes religiosas, resulta da observação directa actual dos rituais, pois são muito poucos os documentos deixados, dado que a escrita é de aquisição recente ao Sul do Sahrá e não abundam as esculturas religiosas. Por outro lado, os diálogos com sacerdotes e praticantes têm que se fazer, habitualmente, por intermédio de um intérprete, o que diminui o rigor de análise dos elementos colhidos, como o salienta o Dr. Geoffrey Parrinder que em Oxford dirige os «Estudos Comparativos das Religiões». Sabe-se que o uso de *feitish* ou *juju* tem o valor simbólico das imagens e amuletos encontrados noutras religiões e definem o «paganismo africano» que hoje tem um menor número de crentes que outros credos. Desta adoração de símbolos imediatos e primários, parte-se por etapas intermediárias para a noção de Bem-Supremo, de modo que o Prof. Edwin Smith, da Universidade de Edimburgo, porventura o europeu que melhor conhece as religiões da Costa Oriental da África, simboliza a evolução religiosa por um triângulo cuja base é ocupada pelo feitishismo, os lados pela crença nos deuses naturais (o sol, o rio, a lua) e o vértice pela crença num Ser absoluto e afirma que há povos primitivos africanos com religiões monoteístas desde há

séculos. A confirmá-lo, descreve o Prof. Evans Pritchard, de Oxford, um povo, os Nuel, que habitam no Sudão fazendo pastorícia num grau primário de civilização, e que adoram um só Deus que admitem inatingível. Segundo este autor, para eles «Deus é espírito que, como o vento e o ar, é invisível, mas criador de todas as coisas, omnisciente e omnipresente».

Estes factos afirmam que o conceito metafísico de Deus em religiões monoteístas, não foi levado para a África nem pelo Cristianismo nem pelo Islamismo, pois já existiam antes da chegada destas duas interpretações religiosas.

O comportamento do homem, normalmente em conjunto nas pequenas sociedades tribais, é pautado por escalas de valor moral que revelam análise introspectiva bastante elaborada e traduzem muitas vezes, medidas fundamentais de segurança nas relações Homem-Homem e Homem-Conjunto, significativas de um grau de cultura — se a entendermos pelo diálogo quotidiano do Homem com o seu ambiente — que não pode ser ignorado em qualquer realização que pretenda auxiliar a África a vencer os obstáculos com que se debate.

Penso que a Universidade deve, em África, no presente momento histórico, ter duas finalidades fundamentais: promover o conhecimento das linhas de evolução bio-social dos povos que a habitam e determinar a promoção técnica e científica, para ajudar o Homem-Africano a vencer as dificuldades que lhe limitam a possibilidade de viver uma vida digna da sua condição humana. Deve, portanto, reunir na sua estrutura uma orientação humanística a uma orientação técnica. Pela primeira, procurará investigar e perseverar os valores culturais das sociedades em que se inserir, pela segunda, irá adaptar os progressos da técnica, aos condicionalismos dos povos que constituem essas sociedades e não o inverso. Terá, por conseguinte, que estar totalmente voltada para a conjuntura social, aberta aos seus problemas, servindo de agente catalizador e ordenador dos esforços individuais e do conjunto. Terá que ir à frente dos acontecimentos, procurando prever as soluções da problemática proposta pelos mesmos. Deve, assim, ter pelo menos, um carácter nacional, isto é, estar inte-

.....